

As Movimentações Militares do Exército Napoleónico no Alentejo em 1807-1808. Análise dos Relatos do Tenente-General Thiébault.

Sargento-ajudante
José Luís Assis



Introdução

O estudo apresentado à Direcção da Revista Militar é o resultado de uma investigação que teve como objecto os relatos do tenente-general Thiébault, chefe do estado-maior do *corps d'observation de la Gironde*, relativos às movimentações de alguns dos corpos do exército francês na província do Alentejo a partir da invasão de 19 de Novembro de 1807 por Segura até à sua retirada depois da Convenção de Sintra cancelada a 31 de Agosto de 1808.

As fontes estudadas são os relatos sucessivos do tenente-general Thiébault enviados ao ministro da guerra francês, ao general em chefe Junot, duque de Abrantes, ao tenente-general Laborde, ao tenente-general Loison, ao tenente-general Kellerman, ao tenente-general Margaron e ao tenente-general Brenier, entre outros oficiais distintos do exército francês.

Na análise e interpretação das fontes, para esta conferência, privilegiámos os aspectos puramente militares, tendo em vista a originalidade e o interesse que elas encerram para um melhor conhecimento do que foi a ocupação, os movimentos militares dos corpos franceses no Alentejo e as dificuldades encontradas durante esse período.

As Movimentações Militares no Alentejo em 1807-1808

A Espanha acedera ao Bloqueio Continental a 27 de Outubro de 1807, pelo Tratado de Fontainebleau¹ e comprometera-se a cooperar com a França na invasão de Portugal. Em virtude desse Tratado, a Casa de Bragança deixaria de reinar em Portugal e o País seria dividido em três partes: uma que compreendia a província de Entre-Douro e Minho com a capital no Porto que seria doada à rainha da Etrúria em troca das suas possessões da

Itália², sendo designada por *Lusitânia Septemtrional*; outra compreendendo o Alentejo e o Algarve constituiria um principado que seria para D. Manoel Godoy, pelos serviços prestados e ficaria sob o protectorado da Espanha; as províncias centrais ficariam em poder da França até à paz geral. As províncias ultramarinas também deveriam ser divididas entre a França e a Espanha, tomando o rei desta última nação o título de Imperador das Américas. Torna-se claro que, com esta estratégia política, diplomática e militar, Napoleão ao aceitar a aliança da Espanha e prometendo dividir com ela a Nação Portuguesa apenas tinha como objectivo conseguir facilidades para a execução do seu plano militar. Com essa estratégia conseguiria que o seu exército entrasse em Espanha ao mesmo tempo que esta Nação lhe concederia o auxílio militar na invasão de Portugal.

É no seguimento do acordo de Fontainebleau que o general Carrafa reuniu em Alcântara uma força militar formada por vinte batalhões espanhóis que deveriam juntar-se às tropas francesas. Oito desses batalhões recusaram-se a invadir Portugal, recuaram, deixaram Alcântara e voltaram aos seus acantonamentos³, enquanto os restantes sob as ordens de Junot seguiram com as forças francesas até Abrantes onde chegaram no dia 24 de Novembro. Nesta localidade parte das forças espanholas separaram-se, umas dirigiram-se para Tomar onde chegaram no dia 25 e ocuparam toda a cidade, depois marcharam para Coimbra e, finalmente, para o Porto. O resto das forças espanholas entrou em Lisboa com as tropas francesas a partir do dia 29 de Novembro. Enquanto esta força espanhola comandada pelo general Carrafa acompanhava o exército francês na sua invasão pela Beira Baixa, uma outra divisão espanhola sob o comando do tenente-general D. Francisco Tarranco e Llano, capitão general da Galliza, reunia o seu exército em Tuy e passava o Minho junto de Valença sem que tivesse sofrido qualquer oposição daquela praça⁴. Esta divisão, segundo tinha sido convencionado, deveria ter um efectivo de 10 000 homens. Porém trazia apenas 6 584, sendo 6 168 de infantaria, 315 de artilharia com 12 peças⁵. Estas forças passaram Valença e Viana do Castelo e seguiram para o Porto.

Uma outra divisão espanhola constituída por 9 147 homens de infantaria, 150 de cavalaria e 431 de artilharia com 12 peças, sob o comando do tenente-general D. Francisco Maria Solano Ortiz de Rozas, Marquez do Socorro e capitão-general da Andaluzia, tinha-se concentrado em Badajoz. A 2 de Dezembro entrou em Portugal e apossou-se de Elvas sem resistência e de Campo Maior deixando na primeira praça 3 batalhões e na segunda o regimento de Córdova. Seguiu em direcção a Estremoz onde também deixou guarnição e estabeleceu o seu quartel-general em Setúbal.

O tenente-general Solano quando ainda se encontrava em Badajoz, numa *Ordem Geral*⁶ datada de 30 de Novembro, recomendava aos seus soldados o maior respeito para com os portugueses e suas propriedades. Já em Setúbal publicou nova *Ordem Geral* datada de 31 de Dezembro em que, louvando os vínculos de amizade manifestados entre espanhóis e portugueses, declarou em nome de S. M. C. que confirmava nos seus empregos todos os corregedores e magistrados civis da província do Alentejo, Reino do Algarve e Península de Setúbal. Contudo, nomeia para Juiz Maior D. Joaquim Maria Sotero ao qual ficavam subordinados todos os juizes das províncias ocupadas pelas tropas espanholas⁷. O novo magistrado, em nome de S. M. C., tomou várias medidas tendentes a assegurar a ordem e

a justiça como se o Alentejo e o Algarve já estivessem sido constituídos como principado de D. Manoel Godoy.

O Território foi dividido em distritos, sendo nomeado para cada um deles um comissário de polícia que tinha por obrigação zelar pela manutenção da ordem pública. Foi, ainda, criado em Setúbal um Tribunal Superior de Paz que teve como presidente o Juiz Maior e como juizes quatro juizes desembargadores portugueses⁸. Àquele tribunal eram enviados todos os processos civis que tinham interposto apelações.

Outras medidas foram tomadas pelo general Solano tendo em vista favorecer a agricultura, especialmente a produção de cereais, sendo atribuídos prémios aos lavradores que apresentassem maior número de moios de trigo⁹.

No seguimento das ordens de Junot para o licenciamento do exército português, Solano mandou licenciar as milícias, dar baixa às praças dos corpos de primeira linha que tivessem cumprido o seu tempo de serviço e deu licença ilimitada a todas as praças casadas e às que tinham cumprido 10 anos de serviço. Por fim, o licenciamento generalizou-se e tornou-se extensivo a todos os que o requeressem¹⁰.

Em princípios de Março de 1808, quando em Espanha já se começava a desconfiar dos reais interesses de Napoleão perante a concentração do enorme número de forças francesas para entrar em Espanha em violação clara do artigo 6.º do Tratado de Fontainebleau¹¹, as tropas espanholas comandadas pelo general Solano receberam ordem para regressar ao seu país, ordem que foi prontamente executada, deixando, quatro batalhões que ficaram sob o comando do general francês Graindorge. Esta situação inesperada levou a uma alteração dos planos de guerra e Junot teve de enviar guarnições francesas para o Alentejo e Algarve bem como para Sul do rio Tejo. A segunda brigada da terceira divisão substituiu em Setúbal as tropas do general Solano ao mesmo tempo que a primeira brigada ocupava Belém. Enquanto se processavam estes movimentos o general Maurin recebia ordens para se deslocar para o Algarve, Faro, com a legião do *Midi*, a 26ª de linha, uma companhia de artilharia e um esquadrão de dragões.

O general Kellermann foi nomeado comandante superior das tropas «estacionadas» em toda a esquerda do rio Tejo e estabeleceu o seu quartel-general em Setúbal. A 29 de Março de 1808, Junot informou Napoleão dessa ordem, porque entendia que era necessário enviar tropas para Elvas e que seria Kellermann a comandá-las, pois era essa a zona onde podia empregar a cavalaria.

Setúbal, pela sua localização, encontrava-se num ponto muito importante para impedir as frequentes comunicações com o inimigo e o seu avanço e guardar os fortes que defendiam a margem esquerda do rio Tejo que estavam guarnecidos por uma pequena força de 400 homens, aos quais teve de incorporar o regimento espanhol de Múrcia com um efectivo de 1 200 homens.

Para Elvas avançou um batalhão formado por 1 000 homens ao qual se juntou o 86º

regimento com 1 700 homens¹². Foi ordenada a deslocação de dois regimentos de dragões que constituíam mais de metade da cavalaria francesa, um para Évora e outro para Elvas, onde o general Kellermann iria estar presente para poder vigiar as tropas espanholas da Estremadura¹³. Foi, ainda, organizado outro corpo de 6 000 homens sob o comando do general Avril que recebera ordens para marchar sobre Cadiz, o que não chegou a acontecer, pois não passaram a fronteira. Ficaram sob as ordens do general Kellermann a vigiar Badajoz, localidade onde a 4 de Maio tinha ocorrido grandes manifestações populares anti-francesas que estavam a provocar uma grande preocupação a Junot com receio de que se alastrassem a Portugal como aliás veio a acontecer¹⁴.

As notícias da insurreição em Espanha rapidamente passaram a fronteira e apesar das mediadas tomadas por Junot, diversos emissários espanhóis entraram em Portugal com ordens expressas para os seus generais abandonarem o país¹⁵. O general Bellesta que era o comandante das tropas espanholas que tinha sob a sua responsabilidade a guarnição do Porto recebeu ordem para regressar a Espanha, mas no dia 6 de Junho de 1808, antes de o fazer, aprisionou o general Quesnel governador militar do Porto bem como todo o seu estado-maior¹⁶. Em Lisboa, o general Carraffa não seguiu o exemplo do general Bellesta, embora uma grande parte dos seus soldados já tivessem começado a desertar e a regressar ao seu país¹⁷.

A sublevação ocorrida no Porto e a retirada das forças espanholas comandadas pelo general Bellesta tinham criado no general chefe o receio de que os regimentos do general Carraffa estacionados em Lisboa e nos seus arredores se sublevassem. Além desta situação o regimento de Valência que se encontrava na guarnição de Alcácer do Sal já se tinha revoltado, recusando-se a marchar para Setúbal ao serviço do exército francês.

O movimento revolucionário que eclodiu por toda a Espanha, desde as Astúrias, Galiza e Leão até à Andaluzia e que apanhou Portugal em toda a extensão da sua fronteira provocou um movimento geral contra as tropas francesas¹⁸.

A retirada de Bellesta do Porto com a prisão do general Quesnel e a instauração do governo nacional, ainda que por pouco tempo, provocaram a insurreição geral no norte de Portugal¹⁹. A insurreição não ficou apenas localizada a norte. No Algarve encontrou o maior entusiasmo que rapidamente se generalizou a todo o Alentejo, onde as tropas francesas procuraram dominá-lo cometendo as maiores crueldades. Em Estremoz encontrava-se uma guarnição de 3 000 homens com um pequeno destacamento em Vila Viçosa comandada pelo general Avril. Forças mais importantes e em maior número estavam recolhidas em Elvas.

No dia 19 de Junho de 1808, encorajados pelos espanhóis que se deslocaram a Juromenha, os habitantes de Vila Viçosa revoltaram-se. Encontrava-se nessa localidade uma companhia do 86º regimento que, surpreendida pelo ataque imprevisto do povo, perdeu alguns dos seus homens, conseguindo, no entanto, encerrar-se no velho castelo que existia naquela vila. Aí conseguiram manter-se apesar dos dois assaltos que os habitantes executaram nesse mesmo dia apoiados pelo fogo vindo do cimo dos telhados

das habitações e das torres das igrejas que dominavam o castelo. À notícia deste acontecimento, o general Kellermann, que se encontrava com o general Avril em Estremoz, deu-lhe ordem para marchar sobre Vila Viçosa com metade de um batalhão do 86^e *régiment*, cinquenta dragões do 4^e *régiment provisoire* e uma peça de canhão²⁰ e punir aquela praça²¹, enquanto ele, general Kellermann, para proteger a retirada do coronel Marasin deslocar-se-ia de Estremoz para Évora com o resto das tropas da coluna do general Avril.

À aproximação do general Avril com as suas tropas, as forças portuguesas emboscadas nas primeiras casas logo à entrada de Vila Viçosa começaram a fazer fogo. As tropas francesas avançaram e deu-se o confronto sendo a vila tomada a passo de carga e à baioneta. As forças portuguesas foram repelidas de todas as partes deixando cento e cinquenta mortos nas ruas²². A moderação das tropas nesta ocasião foi louvável; nenhuma casa foi pilhada²³.

“la modération dès troupes dans cette occasion, fut belle; malgré les lois de la guerre, aucune maison ne fut pillée à Villa-Viciosa”²⁴

Esta revolta não era única no Alentejo onde o povo se encontrava sublevado. Apesar do castigo implacável infligido a Vila Viçosa, a cidade de Beja ousou também revoltar-se contra a ocupação francesa e, seguido o exemplo do Algarve, reuniu 6 000 homens. Esta situação era desconhecida do estado-maior bem como tudo o que chegava a Portugal²⁵. Tinham sido enviados sete a oito correios e não se recebeu notícias do coronel Marasin, bem como este do estado-maior.

Com a insurreição no Algarve diversos regimentos franceses tinham-se retirado e estavam acantonados em Mértola. No dia 23 de Junho para conhecer o estado das comunicações e explorar a estrada do Algarve o coronel Marasin enviou de Mértola, onde se encontrava, a Beja, uma força constituída por cem homens de infantaria e trinta dragões.

Com a chegada a Beja do destacamento francês, o povo armado revoltou-se e matou o juiz de fora António Camizão e o provedor Francisco Pessanha e obrigou aquele destacamento a sair precipitadamente da cidade e ir tomar posição sobre a estrada que acabara de seguir, perdendo, entretanto, alguns homens.

O comandante deste destacamento informou o coronel Marasin do que se tinha passado. A mensagem chegou a 25 de Junho às onze horas da noite a Mértola. À meia-noite, a *légion du Midi* e o 26^o, reforçado com mais 950 homens, põem-se em marcha e no dia 26 pelas cinco horas da tarde já tinham percorrido as nove léguas que separavam Mértola de Beja.

O coronel Marasin, que podia ter evitado Beja, acreditou ser essa a oportunidade de, através da força, restabelecer a obediência em Portugal. No sentido de não perder tempo e evitar que as forças portuguesas se pudessem reunir e preparar a sua defesa e os meios de ataque, formou as suas tropas em colunas, pôs-se em marcha e atacou aquela cidade.

Esta apresentava-se cercada de altas muralhas com as portas barricadas e os muros defendidos por forças cinco vezes superior às francesas. Apesar de tantos obstáculos a missão das tropas francesas foi coroada de sucesso. Os portões foram cortados e arrombados a golpes de machado. A vantagem da posição e a superioridade no número de efectivos das forças portuguesas cedeu à impetuosidade do ataque das tropas francesas que entraram na cidade e combateram durante várias horas causando 1 200 mortos nas forças portuguesas. Todos os que foram apanhados com armas na mão foram passados a fio de espada, as casas de onde tinham feito fogo sobre os franceses foram queimadas e a cidade foi pilhada.

“Tout ce qui fut pris les armes à la main, fut passé au fil de l’épée: Les maisons d’où l’on tira sur nos troupes furent brûlées; la ville fut pillée, et 1200 morts furent pour l’ennemi, le résultat de sa témérité”²⁶.

As forças francesas no ataque à cidade tiveram trinta mortos entre os quais se encontrava o comandante de batalhão Berthier da *Légion du Midi* e cinquenta feridos, entre eles, o comandante de batalhão Dein do 26º e muitos outros oficiais.

A 2 de Julho, depois do sucesso de Beja, o *Sacro Collegio Patriarchal* fez publicar uma pastoral na qual eram ameaçados de excomunhão todos os que ousassem levantar-se contra os franceses. O intendente Lagarde expediu também ao juiz de fora de Elvas uma carta datada de 4 de Julho na qual constava que o castigo imposto a Beja seria, de futuro, aplicado a qualquer outra povoação que se atrevesse a pegar em armas contra os franceses²⁷.

As tropas francesas retiraram de Beja com os despojos de guerra e dirigiram-se para Estremoz a fim de se juntarem às forças do general Kellermann.

No mesmo dia em que as tropas francesas tomaram e saquearam a cidade de Beja, uma força de espanhóis comandada por D. Matheus Monge passou a fronteira e foi auxiliar o Juiz de Fora de Marvão na restauração da praça. A força espanhola ficou como guarnição e no dia seguinte, 27 de Junho logo pela manhã, procedeu à aclamação do Príncipe Regente²⁸.

Em início de Julho, tropas espanholas passaram a fronteira e ocupam Campo Maior onde se organizou a primeira *Junta governativa* de todo o Alentejo que começou a exercer o governo em nome do Príncipe Regente a partir de 8 de Julho. Mais tropas espanholas entraram em Portugal e estabelecem o governo do príncipe regente em Ouguela a 4 de Julho, Castelo de Vide, Portalegre e Arronches a 6 de Julho.

O oficial espanhol D. Francisco Moretti com uma força de 200 infantes e 20 cavaleiros passou a fronteira e entrou na fortaleza de Juromenha contribuindo para que ela continuasse em poder das forças portuguesas e às ordens de António Lobo.

A 26 de Junho, Junot tendo sido informado que uma força naval com 10 000 ingleses se

encontrava próximo da barra de Lisboa e que um destacamento tinha desembarcado em Sines, mandou reunir um conselho de guerra composto pelos generais Laborde, Travot, Thiébault, Margaron, Taviel, os coronéis Vincent e Douence e o comandante Troussel²⁹. A todos solicitou, por escrito, a opinião sobre os acontecimentos que se estavam a desenrolar em Espanha e Portugal. Numa outra reunião realizada dois dias depois e da qual saiu uma resolução determinou que:

1. Apenas deveriam permanecer as guarnições de Peniche, Almeida e Elvas;
2. Todas as outras forças deveriam ser concentradas em Lisboa;
3. Setúbal, bem como as posições localizadas na margem esquerda do Tejo em frente a Lisboa, deveriam permanecer o mais tempo possível sob o controle francês;
4. As posições de Leiria, Ourém e Tomar, Santarém, Rio Maior, Óbidos e Peniche, Sacavém e Sintra deveriam ser permanentemente vigiadas e guardadas;
5. Todo o armamento e pólvora existente nos depósitos deveria ser reunido e embarcado;
6. Todos os doentes deveriam ser transportados para hospitais próximo do mar;
7. A cidade de Lisboa tinha de ser defendida até ao limite das forças e só deveriam retirar para Elvas quando a isso fossem forçados, onde se reorganizariam e passariam a Espanha.

Por força desta resolução, Junot mandou expedir ordem a Loison para retirar de Almeida, deixando apenas na praça uma pequena guarnição e a Kellermann que retirasse de Elvas, deixando o batalhão do 2º regimento suíço e meio batalhão do regimento 86º e que reunisse todos os destacamentos que guarneciam o Alentejo e o Algarve.

Sobre estes factos, o general Kellermann, que de Évora regressava a Elvas, fez avançar dois reconhecimento, um sobre Badajoz e outro sobre Juromenha. O primeiro formado por quarenta dragões encontra na estrada que seguia os cento e cinquenta *hussards de Marie-Louise*, sobre os quais carregou e perseguiu até às proximidades de Badajoz. A segunda, mais considerável, simula um ataque a Juromenha com o propósito de reconhecer as forças que guarneciam aquela praça, concluindo que ela se encontrava fortemente guarnecida e a linha de aproximação coberta pelo fogo da artilharia que defendia a praça.

A 27 de Junho, o Coronel Marasin alcança Cuba, a 29 chega a Évora e logo de seguida o general Kellermann tendo destruído todas as armas e munições que tinha encontrado deixa os fortes de Elvas armados, aprovisionados e guardados e retira-se para Lisboa.

Entretanto, já Beja tinha voltado a pegar em armas e uma força espanhola tinha atravessado a fronteira e entrado na cidade com o objectivo de colaborar na revolta contra o exército francês.

O Estado-Maior tinha conhecimento de que uma força de 5 000 ingleses sob as ordens do general Spencer era esperada no Algarve e os relatos do general Graindorge anunciavam fortes colunas marchando por Alcácer do Sal. O general em chefe enviou de seguida algumas companhias para reforçar a guarnição de Setúbal e expediu ao general

Kelermann ordens para enviar uma coluna sobre Alcácer do Sal tendo como objectivo estabelecer contacto com as forças portuguesas. Enquanto estes movimentos se passavam no Alentejo a situação militar em Lisboa tornava-se muito séria³⁰. Havia um mês que estavam sem notícias de França, Espanha e de Inglaterra, tinha sido multiplicado o número de espiões, mas nenhum tinha regressado e se havia algumas informações era para saber que tinham sido capturados e executados. Tudo o que chegava limitava-se a algumas folhas da *Gazeta de Badajoz*, mais alarmantes ainda que o silêncio, e que não sendo contraditórias, produziam nas tropas uma enorme insegurança.

“Depuis un mois, nous étions sans nouvelles de France, d’Espagne, ni d’Angleterre: ce silence étoit de mauvais augure: nous avions beau multiplier nos espions, aucun d’eux ne revenoit, et si l’on avoit de leurs nouvelles, c’étoit pour apprendre qu’ils avoient été pendus. Tout ce qui arrivoit se bornoit donc à quelques feuilles de la gazette de Badajos, plus alarmantes encore que le silence, et qui, n’étant contredites par rien, produisoient tout le mauvais effet qu’elles pouvoient faire”³¹

O Alentejo tinha-se sublevado de novo apesar dos massacres e das pilhagens de Vila Viçosa e de Beja e, desta vez, com maior intensidade. A retirada do general Kellermann do Alentejo tinha consolidado a restauração do Algarve que começou logo a provocar a agitação dos ânimos no Alentejo. Beja levantara-se de novo e organizara uma junta local. As tropas francesas limitavam-se, então, a controlar com dificuldade as guarnições de Setúbal e de Palmela.

A 11 de Junho, em Campo Maior, criou-se uma junta que procurou reorganizar as milícias de Portalegre, Crato e Aviz. A importância desta praça e a proximidade com a Espanha de onde recebia preciosos auxílios em armamento e pessoal permitiram que se tornasse o melhor local para organizar uma força militar. Em Borba a 10 de Julho e em Vila Viçosa a 12 tinham-se restabelecido governos nacionais que se subordinaram à *Junta do Governo do Alentejo* criada em Estremoz. Também se lhe subordinou o Alandroal, Terena, Veiros, Arraiolos, Aviz e Sousel. As Juntas de Beja e Campo Maior por não reconhecerem aquela supremacia não se lhe juntaram.

Criadas as Juntas, procurou-se reorganizar os regimentos n.º 13 e n.º 15 e formou-se o batalhão de Voluntários de Estremoz e criaram-se algumas companhias de cavalaria empregando-se também algumas éguas. Contudo, os recursos eram bastante limitados e, nesse sentido, pediu-se auxílio a Espanha que enviou armamento, pessoal e cinco peças de artilharia e um obus³².

No dia 17 de Julho de 1808 o tenente-general Francisco da Paula Leite aceitou a direcção do governo militar do Alentejo e transferiu a sua sede para Évora, entrando nesta cidade no dia 20. Tomou como primeiras medidas organizar a nova junta, para a qual foi nomeado presidente o arcebispo Frei Manuel do Cenáculo e ordenou que se deslocassem para Évora as tropas que tinham sido reunidas nos diferentes locais da Província.

Procurou reorganizar com regularidade os negócios governativos e dar alguma

organização e disciplina militar aos grupos armados que tinham sido reunidos.

Entretanto, já desde o dia 18 de Junho que notícias alarmantes sobre a situação na província do Alentejo se confirmavam inteiramente. O duque de Abrantes e o seu estado-maior não tinham dúvidas de que aquela província se encontrava em plena revolta. Formavam-se juntas, organizavam-se corpos de exército formados por tropas portuguesas e espanholas com o apoio de civis e tudo previa que dentro em pouco estariam prontos para entrar em campanha³³.

A juntar à delicadeza desta situação colocava-se a dificuldade em conseguir obter informações credíveis sobre o que se estava a passar em Portugal. Perante estas dificuldades e incertezas, as ordens antes de serem expedidas do estado-maior para os diferentes corpos do exército, tinham de ser muito bem avaliadas e ponderadas para evitar que fosse seguido um falso aviso e, consequentemente, realizado um falso movimento que poderia colocar as tropas na situação delicada de não poderem entrar em combate com prontidão onde fossem verdadeiramente necessárias por se encontrarem mal deslocadas³⁴.

Todos os dias o estado-maior recebia notícias cada vez mais alarmantes; 60 000 insurrectos acompanhados por vinte batalhões espanhóis marchavam de Coimbra sobre Lisboa, os exércitos ingleses desembarcavam nas costas portuguesas, nomeavam-se os chefes, precisavam-se as forças, colocavam-se o número de peças de canhão, indicavam-se as hospedagens e a força de cada coluna. Junot estava perante uma situação difícil, não sabia se podia confirmar ou desmentir essas informações, e nessa situação, só se agia depois de feitos os cálculos da probabilidade, conjecturas duvidosas e tão insuficientes para um chefe militar que na guerra tem de tomar decisões rápidas e acertadas³⁵.

De acordo com o general Thiébault pode assegurar-se que nenhum país ofereceu tantas dificuldades a esse nível como Portugal. Entendia que essas circunstâncias eram uma característica da forma de ser dos portugueses e provavam tudo o que se dizia das suas revoluções. Demonstra quão perigoso era um povo tão recatado como astucioso e calmo na espera do momento favorável para desencadear a insurreição mais desenfreada contra os seus inimigos³⁶.

As ordens expedidas que pela manhã pareciam ser as mais ajuizadas, as mais urgentes, à tarde estavam erradas ou eram insuficientes³⁷. Todos os dias o estado-maior era forçado a tomar decisões diferentes daquelas que tinha tomado anteriormente e a cada instante forçado a ordenar ou a contra-ordenar os movimentos das tropas que as acabavam de receber³⁸. As tropas francesas combatiam pelos êxitos, mas lutavam com desigualdade, com insuficiência, contra uma vila ou cidade sempre ameaçante e contra as forças portuguesas que escapavam à acção das poucas forças francesas.

No dia 18 de Junho, as notícias alarmantes sobre a situação na província do Alentejo confirmavam-se inteiramente e Junot já não tinha dúvidas de que aquela província se

encontrava em plena revolta. Em Évora organizavam-se corpos de exército formados por tropas portuguesas, espanholas e muitos paisanos que dentro em pouco estariam prontos para entrar em acção. Duas forças estavam a ser preparadas: uma para marchar sobre Setúbal e apoderar-se da cidade e depois de Almada na qual destruiria todas as baterias de defesa do lado esquerdo do rio Tejo e ocuparia as suas linhas de elevação; a outra marcharia sobre a margem esquerda do rio Tejo com o objectivo de ligar as suas operações às das forças portuguesas que se movimentavam a norte do mesmo Rio³⁹.

Junot, sendo conhecedor destas movimentações a Norte e a Sul do Tejo cujo objectivo era Lisboa, reuniu o seu estado-maior e tomou a decisão de fazer frente a uma delas. As forças localizadas a norte eram mais numerosas mas estavam mais afastadas de Lisboa e, além disso, tinham uma marcha mais difícil de executar devido ao acidentado do terreno, o que levou Junot a tomar a decisão de antes de empenhar as suas forças no norte de Portugal, lançar uma expedição ao Alentejo com o objectivo de o pacificar.

A expedição ao Alentejo exigia, com efeito, um menor empenhamento de efectivos e tempo de acção do que uma expedição a norte e, logo, menos dificuldade o que permitiria pacificar todo o Alentejo, abastecer Lisboa que se encontrava sem víveres e revitalizar Elvas, atacar Badajoz, marchar sobre Coimbra e, em caso de necessidade, socorrer Lisboa passando o rio Tejo em Abrantes ou Santarém. Porém, Junot debatia-se com uma enorme falta de efectivos militares para empenhar e não tinha quaisquer informações da incursão do general Loison pelo norte do Portugal pelo que permanecia na maior inquietude. Ela só terminaria quando a 11 de Julho lhe é comunicado através de uma carta endereçada pelo corregedor-mor de Abrantes que o general Loison estava a chegar com as suas tropas. Assim aconteceu, Loison marchando de Pinhel, passou por Almeida, Guarda, Sarzedas, Sardoal e chegou a Abrantes no dia 9 de Julho e a 11 estava em Santarém de onde embarcou via fluvial para Lisboa onde o aguardava uma nova missão.

Junot ordenou a reunião de uma força que era constituída pelos seguintes corpos: Os 3º batalhões do 12º e 15º Regimentos de Infantaria Ligeira; o batalhão do 58º de Linha; um batalhão e meio do 86º de Linha; a Legião Hanovrienne; dois batalhões de granadeiros; oito peças de canhão; os 4º e 5º Regimentos Provisórios de Dragões⁴⁰. A força desta divisão era constituída por um efectivo de 7 000 homens⁴¹.

O comando desta importante expedição ao Alentejo foi entregue ao conde de Loison que teve para esse efeito sob as suas ordens os generais de brigada Solignac⁴² e Margaron. Recebidas as instruções relativas às operações e um código em cifras para as comunicações mais importantes passou o rio Tejo com destino a Évora a 25 de Julho. Como se estava em pleno Verão com as temperaturas bastante elevadas, decidiu avançar sobre Évora em pequenas etapas. A 26 do mesmo mês encontra-se em Pegões, a 27 em Vendas Novas e a 28 em Montemor-o-Novo, onde a vanguarda das suas forças encontrou um destacamento do exército português⁴³ comandado pelo coronel Aniceto Simão Borges⁴⁴ e o derrotou, matando cerca de cinquenta homens e aprisionando uma centena de camponeses que desarmou e reenviou para as suas casas⁴⁵.

Em Montemor-o-Novo Loison foi informado de que as forças portuguesas e espanholas se encontravam reunidas em Évora. Deixou aquela vila pelas três horas da manhã e chegou às primeiras elevações que cobrem a praça daquela cidade pelas 11 da manhã, onde se encontrava uma linha de defesa entre o Alto dos Moinhos de São Bento e a Quinta dos Cucos, constituída por tropas portuguesas e espanholas sob o comando do tenente-general Francisco de Paula Leite. Por melhor que fosse a escolha da posição ocupada e a disposição adoptada no terreno pelas forças portuguesas e espanholas⁴⁶, elas não foram bastante fortes e os nossos soldados suficientes para se baterem contra uma divisão francesa tão numerosa e disciplinada. As tropas portuguesas e espanholas conseguiram resistir heroicamente durante quatro longas e difíceis horas, cedendo, por fim, ao ímpeto do ataque das tropas francesas sendo forçadas a abandonar as suas posições, as peças de artilharia, sete canhões, os mortos e a refugiarem-se no interior da praça. As posições das forças luso-espanholas foram tomadas de assalto e a cidade foi cercada. Loison intimou à rendição da cidade, os portugueses queriam capitular, mas forças espanholas que se encontravam na sua defesa não aceitaram e foi necessário recorrer à força das armas para tomar a cidade⁴⁷.

As forças luso-espanholas eram constituídas pelos regimentos portugueses e corpos de milícias de Estremoz, de Évora, de Beja, de Montemor-o-Novo e de Viana e pelos espanhóis de Burgos, de Badajoz, os voluntários de Ciudad-Rodrigo, o *regimento Royal-Etranger*, os *Hussards de Marie-Louise*. Faziam ainda parte da defesa uma multidão de habitantes armados das províncias que foram colocados sobre os flancos da cidade, os parapeitos, os bastiões e as torres. Enquanto as tropas portuguesas e espanholas executavam os preparativos para a defesa da praça, o general Loison deu ordem de ataque às suas forças e entrou na cidade o que levou parte das tropas da cavalaria espanhola a iniciar a retirada pela estrada de Estremoz.

O general Solignac apercebendo-se da retirada da cavalaria espanhola ordena a sua perseguição por um dos seus batalhões que a alcança e derrota, fazendo mais de trezentos mortos e um grande número de prisioneiros⁴⁸. As tropas espanholas e o seu comandante Morreti recolheram-se a Juromenha. O batalhão de Estremoz, os caçadores e a cavalaria de Évora dispersaram-se, a companhia de Vila Viçosa recolheu-se a esta vila⁴⁹.

A luta pela tomada da cidade foi cruel, levou o exército francês aos extremos, todo aquele que foi encontrado com armas na mão foi executado e as pilhagens ocorreram por toda a cidade⁵⁰.

Atendendo à desproporção de forças e impetuosidade do assalto era muito difícil às tropas portuguesas sob o comando do coronel Francisco Pereira da Silva repelir um ataque daquela natureza e ainda mais quando reinava a confusão por todas as partes da cidade⁵¹.

O resultado da expedição francesa ao Alentejo foi a destruição de uma grande parte das tropas espanholas e portuguesas aí reunidas e a submissão de Estremoz e da maior parte das vilas e cidades alentejanas através de delegados e mensageiros enviados a Évora,

para entregar as suas declarações de compromisso e fornecer todos os apoios para serem empregues contra a Espanha⁵².

“la soumission d’Estremos et celle de la plupart des villes de l’Alentéjo, qui par députés, par courriers, en voyèrent au général Loison des protestations de soumission, dont plusieurs renfermoient l’offre de fournir des contingens contre l’Espagne”⁵³

Os dias 30 e 31 de Julho em que Loison permaneceu na cidade foram aproveitados para estabelecer a ordem, melhorar o estado das suas tropas, procurar víveres, receber as autoridades e organizar um centro de governo de todo o Alentejo. Pelo seu prestígio e respeito colocou à frente do governo o arcebispo da cidade Frei Manuel do Cenáculo, ancião muito respeitado cujo primeiro acto de governo foi a pastoral que lavrou sob as exigências de Loison a obedecer às forças francesas e a desarmar o clero.

“Le général Loison employa cês deux jours à se procurer quelques vivres, à reformer les corps, à y rétablir l’ordre, à recevoir les autorités, à organiser pour tout l’Alentejo un centre de gouvernement à Evora, gouvernement à la tête duquel il mit l’archevêque, vieillard respectable, dont le premier acte d’autorité fut une pastorale, qui parut faire un grand effect dans le pays”⁵⁴.

No dia 1 de Agosto Loison deslocou-se a Estremoz acompanhado pelo regimento daquela vila e no dia 3 já se encontra em Évora onde recebe a garantia de devoção dos habitantes e do regimento que se encontrava na cidade de nunca mais voltar a erguer as armas contra as tropas francesas e de correr em seu auxílio sempre que fosse necessário⁵⁵.

Depois de sair de Évora, passa por Estremoz e dirige-se para Elvas onde acaba por chegar no mesmo dia e acampar no rossio do Calvário e nos terrenos compreendidos entre a Horta do Paraíso e a Igreja de Nossa Senhora da Boa Fé⁵⁶. Nesta cidade os fortes encontravam-se em bom estado e ainda não tinha havido a necessidade de juntar os aprovisionamentos de sítio. A cidade mesmo com poucas tropas ainda não tinha permitido a entrada de nenhuma força espanhola. O coronel Miquel, comandante superior da praça de Elvas, tinha acabado de morrer dos ferimentos que sofrera dias antes, o que levou Loison a nomear para o substituir o comandante de batalhão de engenharia Girod de Novillard, oficial do estado-maior do duque de Abrantes.

Apesar desta expedição, a situação na Província do Alentejo complicava-se a cada dia que passava, Beja tornara-se centro de uma nova resistência e Loison não podia marchar sobre esta cidade. Se pudesse permanecer mais algum tempo no Alentejo, talvez tivesse conseguido destruir todas as forças espanholas e inglesas que se encontravam no Algarve e depois pacificar toda a margem direita do rio Tejo. A situação complicava-se com bastante rapidez e dificilmente as tropas podiam concentrar-se num só objectivo, pois tinham de deslocar-se logo para outro lugar para fazer frente a um novo perigo. Se Junot tinha dúvidas quanto a manter Portugal, elas desvaneceram-se logo a partir do momento em que foi informado de que uma frota de duzentas velas inglesas tinha chegado à Figueira da Foz transportando tropas e artilharia.

A consequência dessa informação foi a pronta chamada do general Loison com a sua divisão. Vários correios foram enviados para o Alentejo para informar Loison do sucedido e de que ele deveria retirar imediatamente do Alentejo passando por Abrantes. Loison recebeu os despachos enviados pelo estado-maior e apressou-se a executar as ordens de Junot. Deu início à marcha de retirada, no dia 5 de Agosto encontrava-se em Arronches, a 6 em Portalegre, a 7 em Tolosa, a 8 na Casa Branca de Alvega e no dia 9 em Abrantes. As tropas que conseguiram chegar a Abrantes encontravam-se esgotadas de fadiga, extenuadas pelo calor e exaustas. Depois da cidade de Elvas, os habitantes das aldeias, vilas e cidades por onde passaram tinham quase todos saído à sua aproximação e não forneceram quaisquer víveres. A carne, o vinho e o pão tinham faltado. A falta total de água durante dias inteiros no percurso da marcha sob um calor escaldante contribuiu de sobremaneira para a penúria e miséria das tropas. Nesta circunstância esta marcha provocou um grande número de soldados mortos por esgotamento, doenças, fadiga e assassinio, particularmente os que não conseguiram acompanhar o exército até Abrantes.

Conclusão

O movimento insurreccional que ocorreu por toda a Espanha, desde as Astúrias, Galiza e Leão até à Andaluzia «abraçando» Portugal na extensão de toda a sua fronteira terrestre provocou um movimento geral contra as tropas francesas e nos locais onde não se encontravam ou eram poucas, o movimento revolucionário evoluiu com rapidez. Nos locais de forte implantação das forças francesas como Elvas e Estremoz o povo não se sublevou, pois não tinha armas nem comandantes e qualquer tentativa de sublevação era esmagada pela força das armas.

O movimento revolucionário não se limitou apenas ao Norte e ao Algarve, tendo nesta província adquirido um enorme entusiasmo que depois foi transmitido ao Alentejo, onde o povo se sublevou e as tropas francesas cometeram as maiores crueldades: Vila Viçosa, Beja, Montemor-o-Novo e Évora.

Os espanhóis prestaram às forças portuguesas um importante e eficaz auxílio para afastar o domínio francês. Aos espanhóis deveu-se o impulso e os meios materiais e humanos que levaram a efeito a sublevação de um grande número de terras junto à fronteira.

A falta de meios seguros de comunicação entre o estado-maior em Lisboa e os generais colocados no terreno contribuiu para que as ordens não fossem prontamente executadas. Junot tinha conhecimento de que estava em marcha uma sublevação generalizada por todo o país, mas não tinha meios militares e logísticos suficientes para fazer face a essa situação e estava paralisado.

Enquanto o estado de sublevação piorava de dia para dia, a incerteza tornava-se cada vez mais séria; não havia notícias de França, de Espanha nem de Inglaterra. Tinha-se aumentado o número de espiões, mas nenhum deles regressara e quando havia notícias

de algum deles era para se saber que tinham sido capturados e executados.

As notícias que chegavam através da imprensa - *Gazeta de Badajoz* - eram alarmantes e produziam um sentimento de grande insegurança e incerteza nas tropas, no estado-maior e no próprio general-em-chefe. Esta situação levou a que as tropas permanecessem acantonadas, sem movimentos, por receio dos chefes militares poderem estar a executar um falso movimento, seguir um mau aviso ou colocar-se demasiado tarde em condições de combate.

Os relatórios de situação sobre o estado geral do país e das forças portuguesas quando chegavam ao estado-maior provocavam uma grande incerteza, pois não se podia acreditar neles, confirmá-los ou desmenti-los. Quando eram tomadas decisões, elas só aconteciam depois de serem bem ponderadas o que em caso de guerra dificulta e atrasa qualquer tomada de decisão.

Medidas que uma vez tomadas pareciam ser as mais urgentes e acertadas, horas depois revelavam-se erradas ou insuficientes. Todos os dias eram tomadas decisões diferentes das do dia anterior e a todo o momento tinham que ordenar e contra-ordenar os movimentos das tropas.

Nenhum país onde o exército francês combateu, criou este género de dificuldade ao mesmo nível que Portugal. Esta situação era característica da forma de ser dos portugueses: discretos, dissimulados, constantes nos seus projectos, pacientes na espera do momento mais favorável para desencadear a insurreição mais desenfreada.

Do ponto de vista militar as movimentações no Alentejo constituíram um verdadeiro insucesso das tropas francesas, uma vez que não foram alcançados os objectivos delineados pelo duque de Abrantes de pacificar todo o Alentejo, abastecer Lisboa de víveres, revitalizar Elvas, atacar Badajoz e deslocar-se ao Algarve para derrotar as tropas inglesas e pacificar a província.

As operações no Alentejo custaram ao exército francês um grande número de baixas provocadas pelas batalhas, altas temperaturas, falta de víveres, água e alimentos durante dias inteiros de marchas.

A partir do momento em que Junot foi informado através do relatório do general Thomières de que uma esquadra de 200 navios tinha chegado à Figueira da Foz e se preparava para desembarcar, não lhe restavam dúvidas de que o Alentejo não poderia ser pacificado e Portugal estava perdido.

Bibliografia

Fontes

Foy. 1834. Livre Troisième. Portugal. In *Histoire des Guerres de la Péninsule sous Napoléon*. Tome I. Paris: Loudaille Libraire Editeur, 5 129.

Rossi, Camillo Luiz de. 1808. *Diario dos Acontecimentos de Lisboa, por Ocasião da Entrada das Tropas de Junot*.

Thiébauld. 1817. *Relation de L'Expédition du Portugal Faite en 1807 et 1808, par le 1^{er} Corps D'Observation de la Gironde*. Paris: Libraires Pour L'Art Militaire.

Bibliografia

Amaral, Manuel Carlos de Lara Everard do. 2006. Uma Reforma Sempre Adiada, de 1801 a 1807. In Actas do XV Colóquio de História Militar. Volume I. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar. 343 350.

Botelho, J. J. Teixeira. 1915. Invasão da Península. In *História da Guerra da Península*. Porto: Livraria Chardron, 57 175.

Chaby, Cláudio de. 1865 1880. Excerptos Históricos e Coleção de Documentos Relativos á Guerra Denominada da Península e ás Anteriores de 1801 e do Rossillon e da Catalunha. 5 vols. Lisboa, Imprensa Nacional.

Chartrand, René. 2001. *Vimeiro 1808 Wellesley's firts victory in the Peninsular*. Oxford:Osprey Publishing.

Nunes, António Pires. 2003. A Primeira Invasão Francesa. In *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 43 72.

Santos, Nuno Valdez dos. 1976. A Ocupação Francesa de Junot Segundo Documentos Existentes no Arquivo Histórico. In *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, n.º 46. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 85 462.

Selvagem, Carlos. 1993. Invasões Francesas e Guerra Peninsular. In *Portugal Militar*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 492 537.

Vicente, António Pedro Araújo Pires. 1971. Memórias Políticas, geográficas e Militares de Portugal - 1762 1796. In *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, n.º 41. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 11 298.

Idid. 2000. O Tempo de Napoleão em Portugal: Estudos Históricos. 2ª ed. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

* Sargento Ajudante Pára quedista. Licenciado em História (ensino de), professor do Ensino Secundário e mestre em Estudos Históricos Europeus pela Universidade de Évora. Desempenha funções na *Comissão Portuguesa de História Militar*.

1 O Tratado de Fontainebleau foi assinado, por parte da França, pelo general Duroc do estado maior de Napoleão e da Espanha, por D. Eugenio Izquierdo.

2 O Reino da Etrúria que tinha sido fundado com os territórios das antigas Repúblicas de Florença e Pisa (Toscânia) em consequência do Tratado de Luneville, celebrado a 9 de Fevereiro de 1801, estava sob a regência da infanta Maria Luiza em virtude do seu filho, herdeiro ao pequeno reino, ter na altura 8 anos de idade. Napoleão tendo resolvido apoderar se desse reino a 27 de Novembro de 1807 intimou a infanta a sair de Itália prometendo lhe dar como compensação as províncias do Norte de Portugal.

3 Thiébauld, "Marche de l'armée, de Salamanque à Alcantara", in *Relation de L'Expédition du Portugal Faite en 1807 et 1808, par le 1^{er} Corps D'Observation de la Gironde, devenu Armée de Portugal*, Paris, Chez Magimel, Anselin et Pochard, Libraires pour L'Art Militaire, p. 31.

4 Era comandante da praça de Valença o marechal de campo Miron, oficial de 80 anos que viera para Portugal com o conde de Lippe.

5 Cfr., Victorino José César, 1903, “Cooperação das Tropas hespanholas na Invasão. Varias Medidas tomadas pelos generaes hespanhoes para assegurar a posse das províncias occupadas”, *In Estudos de Historia Militar - Breve estudo sobre a Invasão Franco Hespanhola de 1807 em Portugal e Operações Realizadas até á Convenção de Cintra*, Lisboa, Typographia da Cooperativa Militar, p. 53.

6 *Collecção de Decretos, editaes*, 1808.

7 *Collecção de Decretos, editaes*, 1808.

8 Foram juizes desembargadores Francisco Tavares d’Almeida, corregedor de Setúbal, Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, superintendente do Sul, Thomé Joaquim da Mota e Silva e Manoel António de Carvalho. Servia de Secretário Jorge de Cabedo.

9 *Ordem* enviada aos corregedores pelo Quartel general de Setúbal a 2 de Janeiro de 1808.

10 *Ordem* de 31 de Dezembro de 1807.

11 Pouco depois do I^{er} *corps d’observation de la Gironde* ter entrado em Espanha Napoleão mandou preparar o II^{er} *corps d’observation de la Gironde* também em Bayonne sob o comando do general Dupont com um efectivo de 24 000 homens de Infantaria, 3 500 de cavalaria e 38 peças de artilharia. Organizado em três divisões comandadas pelos generais Barbou, Vedel e Malher. Um terceiro corpo de exército foi organizado sob o comando do general Moncey com a designação *corps d’observation de las costas do oceano* com um efectivo de 25 000 homens de infantaria, 2 700 de cavalaria e 41 peças de artilharia. Compreendia três divisões comandadas pelos generais Musnier de la Converserie, Morlot e Gobert. Como Napoleão julgasse insuficientes todas estas forças, mandou, ainda, organizar duas divisões a dos *Pyreneus orientaes* em Perpignan cujo comando foi dado ao general Duhesme com um efectivo de 11 000 homens de infantaria, 1 700 de cavalaria e 18 peças de artilharia e uma outra divisão a dos *Pyreneus occidentaes* era dada ao general Merle. Para mais informação sobre a organização destas forças consulte se Victorino José César, “Entrada em Hespanha de mais forças francesas. Novos projectos ácerca da Península. Insurreição da Hespanha contra os franceses”, *In Estudos de Historia Militar - Breve estudo sobre a Invasão Franco Hespanhola de 1807 em Portugal e Operações Realizadas até á Convenção de Cintra*, Lisboa, Typographia da Cooperativa Militar, 1903, pp. 59 64.

12 O 5º regimento de Infantaria portuguesa recebeu ordem estar em Elvas a 9 de Abril, contudo essa ordem poderia ser anulada caso Napoleão assim o entendesse e essas forças ficariam juntas às suas tropas.

13 Jean Andoche Junot, 1807, *Diário da I Invasão*, introd. António Ventura, trad. Manuel Ruas, Lisboa, Livros Horizonte, p. 157.

14 O que veio a acontecer depois da revolta de 2 de Maio em Madrid e dos acontecimentos de Bayonne que provocaram uma intensa insurreição por toda a Espanha.

15 De Badajoz tinha sido enviado a Lisboa o 2º tenente D. Frederico Moretti para dar a conhecer ao general Carraffa o que se estava a passar em Badajoz e tratar com ele a retirar para Espanha com as suas tropas. Contudo este general não se mostrara inclinado a retirar e Moretti teve de abandonar Portugal e regressar a Badajoz antes da sua missão

ser descoberta. Uma grande parte dos seus soldados começou a desertar e a regressar ao seu país.

16 Com a retirada do general espanhol ficou com o comando das armas o brigadeiro Oliveira e Costa. Na madrugada do dia 7 foi arvorada a bandeira Portuguesa na fortaleza de S. João da Foz da qual era comandante o sargento mor Raymundo José Pinheiro.

17 Cfr., Victorino José César, “Entrada em Hespanha de mais forças francesas. Novos projectos ácerca da Península. Insurreição da Hespanha contra os franceses”, *In Estudos de Historia Militar - Breve estudo sobre a Invasão Franco Hespanhola de 1807 em Portugal e Operações Realizadas até á Convenção de Cintra*, Lisboa, Typographia da Cooperativa Militar, 1903, p. 65.

18 Em Portugal já tinham ocorrido algumas manifestações e sublevações contra as tropas francesas, nomeadamente aquando do arrear da Bandeira Portuguesa e o hastear da Bandeira Francesa no Castelo de São Jorge.

19 A primeira província a sublevar se foi Trás os Montes com as povoações de Chaves a 6 de Junho, Bragança a 11, Miranda a 13, Ruivães a 14 e Vila Real a 16. No Minho foi Melgaço a 9, Guimarães a 18, Braga a 20, seguindo se outras cidades.

20 Alguns autores como Victoriano J. César das Neves referindo se ao Observador Português, apontam um efectivo de 350 infantes, 100 cavalos e 2 peças de artilharia. p. 73.

21 Cfr., Thiébault, “Insurrection de l’Alentéjo et de tout le Beira; expédition de Leiria, et retour des troupes envoyées dans les Algarves, et des colonnes dirigées sur Almeida, Porto et cadiz”, *in Relation de l’expédition du Portugal faite em 1807 et 1808 par le 1^{er} corps D’observation de la Gironde devenu Armé de Portugal*, Paris, Libraires pour l’art Militaire, 1917, p. 133.

22 Cfr., *Idem.*, *Ibidem*, p. 133.

23 Torna se curioso registar que este apontamento nos relatos do general Thiébault contrasta com os trabalhos de alguns investigadores portugueses ao referirem que Vila Viçosa foi saqueada durante uma hora. Victorino José César, “Entrada em Hespanha de mais forças francesas. Novos projectos ácerca da Península. Insurreição da Hespanha contra os franceses”, *In Estudos de Historia Militar - Breve estudo sobre a Invasão Franco Hespanhola de 1807 em Portugal e Operações Realizadas até á Convenção de Cintra*, Lisboa, Typographia da Cooperativa Militar, 1903, p. 73.

24 Cfr., Thiébault, “Insurrection de l’Alentéjo et de tout le Beira; expédition de Leiria, et retour des troupes envoyées dans les Algarves, et des colonnes dirigées sur Almeida, Porto et cadiz”, *in Relation de l’expédition du Portugal faite em 1807 et 1808 par le 1^{er} corps D’observation de la Gironde devenu Armé de Portugal*, Paris, Libraires pour l’art Militaire, 1917, p. 134.

25 Cfr., *Idem.*, *Ibidem*, p. 134.

26 Cfr., *Idem.*, *Ibidem*, p. 136.

27 Victorino José César, “Entrada em Hespanha de mais forças francesas. Novos projectos ácerca da Península. Insurreição da Hespanha contra os franceses”, *In Estudos de Historia Militar - Breve estudo sobre a Invasão Franco Hespanhola de 1807 em Portugal e Operações Realizadas até á Convenção de Cintra*, Lisboa, Typographia da Cooperativa Militar, 1903, p. 74.

28 Cfr., *Idem., Ibidem*, p. 74.

29 Cfr., Thiébault, "Insurrection de l'Alentéjo et de tout le Beira; expédition de Leiria, et retour des troupes envoyées dans les Algarves, et des colonnes dirigées sur Almeida, Porto et Cadix", in *Relation de l'expédition du Portugal faite en 1807 et 1808 par le 1^{er} corps D'observation de la Gironde devenu Armée de Portugal*, Paris, Libraires pour l'art Militaire, 1917, p. 127.

30 Todos os víveres, farinhas e rebanhos destinados à subsistência do exército francês em Lisboa tinham ficado retidos no Alentejo.

31 Cfr., *Idem., Ibidem*, p. 138.

32 Victorino José César, "Entrada em Hespanha de mais forças francesas. Novos projectos acerca da Península. Insurreição da Hespanha contra os franceses", in *Estudos de Historia Militar - Breve estudo sobre a Invasão Franco Hespanhola de 1807 em Portugal e Operações Realizadas até à Convenção de Cintra*, Lisboa, Typographia da Cooperativa Militar, 1903, p. 80.

33 Cfr., Thiébault, "Insurrection de l'Alentéjo et de tout le Beira; expédition de Leiria, et retour des troupes envoyées dans les Algarves, et des colonnes dirigées sur Almeida, Porto et Cadix", in *Relation de l'expédition du Portugal faite en 1807 et 1808 par le 1^{er} corps D'observation de la Gironde devenu Armée de Portugal*, Paris, Libraires pour l'art Militaire, 1917, p. 138.

34 *Idem., Ibidem*, p. 138.

35 Cfr., *Idem., Ibidem*, p. 139.

36 Cfr., *Idem., Ibidem*, p. 140.

37 Cfr., *Idem., Ibidem*, p. 140.

38 Cfr., *Idem., Ibidem*, p. 140.

39 Cfr., *Idem., Ibidem*, p. 156.

40 Cfr., *Idem., Ibidem*, pp. 157 158.

41 Cfr., *Idem., Ibidem*, pp. 157 158.

42 O general Solignac foi substituído na 3^a divisão pelo ajudante do comando de Bagneris, sub chefe do Estado Maior General do Exército Imperial.

43 Esse destacamento tinha sido deslocado à ordem do tenente general Paula Leite e era constituído por um efectivo de 650 infantes, 50 cavalos e 4 peças de artilharia e 2 obuzes. Considerando o efectivo insuficiente o general Leite reforçou o com mais 400 homens e 2 peças de calibre 4. Porém, esta força não chegou a entrar em combate, pois quando se deslocava para Montemor o Novo encontrou a cavalaria espanhola que vinha a retirar e comunicou-lhe a derrota do coronel Aniceto Borges.

44 Essa força foi mandada deslocar para Montemor o Novo pela junta de Évora e era constituída pelo batalhão de Voluntários de Estremoz às quais se juntaram outras tropas, somando um total de oito centenas de homens e 4 peças de artilharia e era comandada pelo coronel Simão Aniceto Borges. Face ao ataque das forças francesas o coronel Simão Borges foi forçado a retirar para Évora. Para mais informação consulte-se: António Mexia Fouto Galvão Pereira, *Évora no seu abatimento*, Lisboa, Typographia Lacerdina, 1810.

45 Sobre o comportamento das forças francesas em Montemor o Novo, consulte-se Jorge Fonseca, *O saque de Montemor o Novo e Évora por Loison nos relatos da época*, comunicação apresentada ao Congresso Internacional e Interdisciplinar Evocativo da Guerra Peninsular integrando o XVII Colóquio de História Militar nos 200 anos das

Invasões Napoleónicas em Portugal, 2007.

46 As forças portuguesas e espanholas estavam colocadas da seguinte forma: a direita nos moinhos de São Bento com o apoio de 4 peças e uma companhia de artilharia a cavalo com 80 homens, 300 infantas e 50 cavalos todos espanhóis; o centro estava colocado sobre o Outeiro de São Caetano onde foram colocados dois obuses e 10 artilheiros a cavalo dos noventa que tinham sido levados de Badajoz pelo tenente coronel Luiz de Michelena. À frente da posição central da linha de defesa das forças portuguesas e espanholas estendia-se outra linha formada pela Legião Estrangeira e pelo Batalhão de Estremoz, precedida pelos miqueletes de Vila Viçosa e dos caçadores de Évora. À esquerda foi colocada na Quinta dos Cucos, pequena elevação que domina a estrada para Montemor o Novo com uma peça de artilharia servida por 10 artilheiros a pé, 200 paisanos e 60 ginetes montados em éguas. 200 cavaleiros dos húsares de Maria Luíza e 60 cavaleiros espanhóis colocaram-se sobre o flanco esquerdo da infantaria e também junto ao Outeiro de São Caetano.

47 Cfr., *Idem.*, *Ibidem*, p. 161.

48 Cfr., *Idem.*, *Ibidem*, p. 162.

49 José Acúrsio das Neves, “Ataque de Évora, saque, mortandade horrorosa e outras consequências deste sucesso desgraçado. Mudanças de governo e novas juntas; assassinio do corregedor”, *In História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da restauração Deste Reino*, Tomos III, IV e V, Lisboa, Edições Afrontamento, p. 250. *O Saque de Évora pelos Franceses em 1808*, Introd. Francisco António Vaz, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2008.

50 Cfr., Thiébault, “Expédition de L’Alentéjo, et débarquement de l’armée anglaise” *in Relation de l’expédition du Portugal faite en 1807 et 1808 par le 1^{er} corps D’observation de la Gironde devenu Armée de Portugal*, Paris, Libraires pour l’art Militaire, 1917, p. 162.

51 José Acúrsio das Neves, “Ataque de Évora, saque, mortandade horrorosa e outras consequências deste sucesso desgraçado. Mudanças de governo e novas juntas; assassinio do corregedor”, *In História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da restauração Deste Reino*, Tomos III, IV e V, Lisboa, Edições Afrontamento, p. 250.

52 Embora o general Thiébault refira nos seus relatos de guerra essa declaração de compromisso por parte dos delegados das diferentes vilas e cidades do Alentejo, o facto é que esse apoio nunca chegou a concretizar-se e aquela província permaneceu sempre em estado de insurreição e revolta, apoiada militarmente pelas tropas espanholas.

53 Cfr., Thiébault, “Expédition de L’Alentéjo, et débarquement de l’armée anglaise” *in Relation de l’expédition du Portugal faite en 1807 et 1808 par le 1^{er} corps D’observation de la Gironde devenu Armée de Portugal*, Paris, Libraires pour l’art Militaire, 1917, p. 165.

54 *Idem.*, *Ibidem*, p. 166.

55 *Idem.*, *Ibidem*, p. 167.

56 A guarnição de Elvas era constituída por 4 companhias suíças, 3 companhias de infantaria n.º 86 e 4 de suíços colocados no Forte de Lippe e 2 companhias de infantaria (uma de suíços e outra de infantaria n.º 86) no forte de Santa Luzia.